

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO
- CTEI/CIF -

No dia doze do mês de maio de dois mil e vinte e um, às treze horas e cinco minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **53ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da lista de presença constam: Beatriz Coimbra(FLACSO); Hugo Tofoli (ADERES); José Buffon (Pref. Coaltina); Marília Pelegrini (Pref. Resplendor); Vicente Pereira (IJSN); Tomás Malaga (FGV); Diogenes Fonseca (Fundação Renova); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); Elis Licks (SETADES); Mariangela De Lorenzo (Camaroeiros de Vitória/ES); Anizio Vianna (Fundação Renova); Marcos Silva (ATI CRQD); Kádio Aristides (Fundação Renova); André Sacramento (Fundação Renova); Virgínia Mascarenhas (FAPEMIG/ES); Roberto Ferreira (Fundação Renova); Mauricio Kuwarick (Fundação Renova); Camila Camilo (Fundação Renova); Andrea Furtado (Fundação Renova); Helcio Borges (Fundação Renova); Alécia Cunha (SEDESE/MG); Thiago Lapa (Fundação Renova); João Junior (INCAPER); Paulo Lacerda (Fundação Renova); Leyse Ferreira (Fundação Renova); Ana Lage (Fundação Renova); Gabriela d’Ávila (Fundação Renova); Francyele Subtil (ADERES/ES); Mayara Sansur(SEAPA/MG); Mirian Santos (FLACSO); Mirna Correa (MAPA); Helen Araújo (FEAM/MG); Renato Cardoso (MAPA); Gilzele Marins (Fundação Renova); Lineu Ribeiro(ATI Barra Longa/MG); Margareth Saraiva (SEAMA); Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pro Rio Doce); Arthur Lima (Fundação Renova); Amarildo Pereira (ACIAM); Antonio de Padua (Fundação Renova); Frederico Ozanam (SEAPA/MG); Gabriela Serpa (FGV); Gustavo Ribeiro (E&Y); Jucilene Martins(Fundação Renova); Paulo Lages (Fundação Renova); Ronan Cunha (FGV); Yasmim Souza (Assessoria Técnica); Elton Moura(FAPES/ES); Rafael do Pompermayer (Fundação Renova); Arthur Teixeira (Fundação Renova); Luciana Oliveira (ATI Foz).

O coordenador, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **53ª Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação dos membros da CT-EI, comissão de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

1. Pautas Gerais

Pauta	Discussão
a. Aprovação da Ata da 52ª RO da CT-EI. (CT-EI)	<u>Registro a aprovação, por unanimidade, da Ata da 52ª Reunião Ordinária da CT-EI.</u>
Encaminhamento 53.1	O secretariado deverá encaminhar a ata da 52ª RO da CT-EI a aprovada na reunião para publicação no site do CIF.

2.Promoção da Inovação (PG15)

Pauta	Discussão
a. Informe do GT-DESENVOLVE	Hugo Tofoli informou que não ocorreram reuniões do GT-DESENVOLVE em decorrência das reuniões da revisão dos programas. Sinalizou que até metade do mês de maio/2021 realizará uma reunião para discutir a NT do projeto “Banco Comunitário”.
Extrapauta: Aprovação da Definição do Programa PG15	Hugo Tofoli esclareceu que a extrapauta foi inserida na reunião para aprovar a Definição do programa 15. Repassou que a revisão foi debatida em duas reuniões de alinhamento com a Fundação Renova. Hugo Tofoli ressaltou que as reunião com a Fundação Renova foram

	<p>realizadas conforme a deliberação nº 465/2020 e que todas as recomendações foram atualizadas no texto do programa. Destacou que o novo texto será encaminhado junto com a NT ao CIF.</p> <p><u>Levado a deliberação, registro a aprovação, por unanimidade, da versão final da revisão do Programa 15.</u></p>
Encaminhamento 53.2	A coordenação da CT-EI deverá solicitar ponto de pauta na 53ª RO do CIF para apresentação da versão final da Definição do Programa 15 juntamente com a NT nº 088/2021.
Encaminhamento 53.3	O secretariado deverá encaminhar a Definição do Programa 15 junto com a NT nº 088/2021.

3. Retomada Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16)

Pauta	Discussão
a. Informe das reuniões do GT-PG16	<p>Renato Cardoso fez uma breve resumo do tema proposto. Disse que ocorreram duas reuniões para tratar da revisão do programa 16. Informou que a Fundação Renova encaminhou o ofício 2021.0617-02 solicitando à CT-EI que encaminhasse aos órgãos do ES e MG pedindo informações a respeito do frigorífico modular e a relação dos empreendimentos aquícolas licenciados em ambos estados. Repassou que as solicitações foram encaminhadas via ofício ao IMA/MG (Ofício 009/2021- Frigorífico modular e Ofício 010/2021- Empreendimentos aquícolas), IEMA/ES (Ofício 008/2021- Frigorífico modular e Ofício 011/2021- Empreendimento aquícolas) e MAPA/ES (Ofício 012/2021 - Empreendimento aquícolas). Esclareceu que referente ao MAPA/MG será encaminhado um ofício à CT-EI informando que não há atendimento aquícola ao largo do Rio Doce em MG. Com relação ao frigorífico modular, disse que conversou com algumas pessoas do setor responsável e foi informado que não existia uma legislação específica sobre o assunto. Falou que abriu um processo, via SEI, para que o setor pudesse se manifestar formalmente a respeito da questão. Camila Camilo com relação ao equipamento modular repassou que existia uma única empresa que detinha a patente para fornecer esse tipo de estrutura de refrigeração e que possuía certificação do Ministério da Agricultura. Renato Cardoso perguntou se poderia encerrar o processo com relação à estrutura modular e se foi o MAPA de Santa Catarina quem certificou. Camila Camilo esclareceu que a solicitação foi feita em Brasília. Arthur Lima complementou dizendo que a empresa que detinha a patente possuía clientes que licenciaram a estrutura, incluído um cliente de MG que fez a certificação estadual, e outro, que não se recorda o estado, que possuía certificação do MAPA. Hugo Tofoli pontuou que seria importante obter uma cópia do documento. Arthur Lima sinalizou que solicitaria a empresa o número do processo aberto junto ao órgão responsável e em qual estado. Hugo Tofoli pediu à Fundação Renova que encaminhasse o número do processo por e-mail, pois seria encaminhado ao coordenador do GT-PG16 para conhecimento e guarda da informação junto aos arquivos do GT. Mariângela Del Lorenzo questionou se estava ocorrendo reuniões com os atingidos ou a comunicação se perdeu</p>

	<p>no meio do caminho. Renato Cardoso esclareceu que as reuniões estavam ocorrendo somente com a Fundação Renova para tratar da revisão dos PG16. Mariângela Del Lorenzo disse que nem sempre o Fundo Brasil consegue divulgar as reuniões do GT. Hugo Tofoli informou que por solicitação dos próprios atingidos pediu esclarecimentos ao Fundo Brasil a respeito dessa situação. Explicou que o fluxo é via Fundo Brasil e uma questão a ser resolvida entre o Fundo e a FLACSO. Pediu que na questão de atingidos solicitasse ao Fundo Brasil que ao receberem a convocatória, mesmo sendo a pauta preliminar, encaminhase as informações, até para que pudessem sugerir questões de ponto de pauta. Miriam Santos esclareceu que o papel da FLACO é de gerenciador CIF, custear o CIF, e o papel do Fundo Brasil é o contato e mobilização dos atingidos. Explanou que a FLACSO faz essa articulação com o Fundo Brasil para garantir a participação dos atingidos.</p>
<p>Encaminhamento 53.4</p>	<p>A Fundação Renova deverá encaminhar, por e-mail, o número do processo que certificação de estrutura modular. Após será remetido ao coordenador do PG GT-16 para guarda.</p>

4. Retomada Atividades Agropecuárias (PG17)

Pauta	Discussão
<p>a. Informe das reuniões do GT-PG17</p>	<p>João Junior manifestou a falta dos membros da RAMBOLL nas reuniões do GT-AGROPEC. Fez um breve relato das reuniões do GT PG-17. Informou que a 20ª RO do GT-AGROPEC ocorreu no dia 28/04/2021 e que foram discutidos os seguintes pontos: (i) apresentação do Follow up do PG17; (ii) a Fundação Renova apresentou o programa PROATER, programa de desenvolvimento do território, em parceria com a UFV que focaria na região antes da barragem de Risoleta Neves onde haveria PASEA; (iii) a Fundação Renova apresentou o mecanismo para avaliar a alta suficiência para alimentação animal nas propriedades atingidas; (iv) a Fundação Renova apresentou um relato de comprovação das condições de melhor produção das áreas para atender a demanda dos animais; (v) a Fundação Renova, verbalmente, com relação a Cláusula 180, que prevê reparos no sistema de irrigação, explicou que estaria atrelado a entrada da assistência técnica nos territórios, no entanto no médio e baixo Rio Doce ainda não ocorreram a entrada; (vi) foi solicitado que a Fundação Renova reapresentasse dentro do GT o estudo da empresa IMBAÚBA; (vi) ficou definido o calendário de reuniões do GT-AGROPEC; (vii) o GT voltaria a discutir na próxima reunião a situação da cláusula 127 e o PSA; (viii) disse que foi discutido na reunião a resposta do ofício da comissão dos atingidos de Barra Longa. Autorizou o repasse do calendário ao Fundo Brasil para divulgação entre os atingidos.</p>
<p>Encaminhamento 53.5</p>	<p>O secretariado encaminhará o calendário de reunião 2021 do GT-AGROPEC ao Fundo Brasil para divulgação junto aos atingidos.</p>
<p>b. . Apresentação de reposta ao Lineu Ribeiro com relação ao fornecimento da silagem.</p>	<p>João Junior explanou que a comissão dos atingidos de Barra Longa pediu esclarecimentos da substituição do fornecimento de silagem para recebimento em financeiro. Relatou que no ofício constavam algumas</p>

(GT-Agropec)	<p>perguntas dirigidas a CT-EI e Fundação Renova. Com relação as perguntas à CT-EI disse que não houve consulta sobre o tema, ocorreu uma reunião, sobre o tema, com a comissão de atingidos, Caritas em dezembro/2020, e ficou acordado que quem não concordasse com a mudança continuariam recebendo a silagem na forma anterior. Falou que na 19ª RO do GT- AGROPEC, em janeiro/2021, a Fundação Renova fez uma apresentação sobre o fornecimento da silagem no alto e médio rio Doce. Destacou que na apresentação havia a informação de aceitação dos produtores por volta dos 80%. No que tange ao segundo questionamento, indicou que a proposição para a mudança partiu da Fundação Renova que apresentaram algumas vantagens para a mudança. Disse que tanto o GT-AGROPEC como a CT-EI não foram consultados quanto a mudança da proposta pela Fundação Renova. Sinalizou que, diante da adesão acentuada de aproximadamente 90% e do compromisso da fundação de fornecimento da silagem para aqueles que não aceitassem a mudança, não seria necessária uma medida ao contrário até o momento. Mirna Correa lembrou que a Fundação Renova ficou de apresentar os novos instrumentos de acompanhamento de ATER. Lineu Ribeiro com relação ao ofício disse que o objeto da incitação da discussão foi devido à preocupação colocada pelo Secretário de Agricultura à época de que a Fundação não estaria disponibilizando a possibilidade de alteração na forma de cumprimento do fornecimento da Silagem para os atingidos. Explicou que estava ocorrendo muitas reclamações e os atingidos estavam aceitando a forma de alteração do fornecimento porque não estavam entendendo a possibilidade e manutenção da entrega. Falou que o ofício seria encaminhado aos atingidos de forma mais amplo para definir os próximos passos. João Junior perguntou se houve retorno da Fundação Renova. Lineu Ribeiro comunicou que a Fundação Renova respondeu de forma mais institucional e que indicou os pontos colocados no ofício. Pediu que fosse encaminhado o documento apresentado na reunião do PG 17 para que pudessem compreender de forma mais substancial como foi construído esse entendimento e como a CT-EI acompanharia o cumprimento dessas obrigações com relação a retomada das atividades agropecuárias. João Junior reforçou que os representantes da RAMBOLL contribuíam bastante para o acompanhamento dos pontos que foram colocados pelo Assessor Técnico de Barra Longa. Mauricio Kuwarick disse que Fundação Renova estaria aberta para qualquer esclarecimento da transição e dos outros pontos do acompanhamento. Destacou que o acompanhamento do programa é realizado em duas instâncias, dentro do GT-AGROPEC e CT-EI, como também é assegurado pela Ernest Yuang. Relatou que foi encaminhado para o CIF o relatório referente ao primeiro ciclo.</p>
Encaminhamento 53.6	O secretariado encaminhará o documento apresentado na 19ª e 20ª RO do GT-AGROPEC para o Lineu Ribeiro, ATI Barra Longa.

5. Apresentação dos Follow up	
Pauta	Discussão
a. Follow up do PG-42	Mauricio Kuwarick sugeriu que os termos em inglês fossem alterados e que fosse utilizado a denominação “Acompanhamento” para o Follow up . Hugo Tofoli destacou que já foi discutido esse ponto em

reuniões passadas. Lembrou que foi solicitado a Fundação Renova que evitassem as terminologias técnicas e que ao tratar siglas fora do domínio público que fossem explicadas. Solicitou que a palavra “Folluw up” fosse alterada para “Acompanhamento dos Programas” ou colocada em parênteses.

Ana Lage apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.

Hugo Tofoli perguntou qual o valor total estipulado pela cláusula 142. Margareth Saraiva perguntou qual o tratamento que está sendo dado ao parágrafo único da Cláusula 143. Ana Lage respondeu que o valor referente a cláusula é de aproximadamente 30 milhões, sendo 28,770 milhões mais os dois ressarcimentos que não estão calculados, os remanescentes da SEMAD e do Ministério da Integração. Com relação ao ressarcimento das prefeituras disse que atingiu 43,2 milhões e outros no âmbito da cláusula 143 chegaram a 351 mil, sendo o ressarcimento piloto de Rio Doce, Linhares em 77 mil, referente a deliberação 180, e 218 mil pagos a COPASA co relação a gastos não levantados até a assinatura do TTAC. Margareth Saraiva observou que não há concordância pela Fundação Renova da última deliberação do CIF com relação a hora/homem. Ana Lage explicou que a Fundação Renova, acerca da deliberação 428 a partir dos pleitos apresentado pelos estados onde estão inseridas a hora/homem, emitiu a sua resposta apresentando uma forma de pagamento. Falou que nesse sentido tiveram alguns momentos de esclarecimentos de como se dariam esses ressarcimentos e que na resposta considerou as diretrizes básicas de ressarcimento que foi motivo também de deliberação no CIF. Pontuou que após 12 meses ainda não receberam os comprovante desses gastos. Destacou que estão aguardando e organizados para receber e dar encaminhamentos aos ressarcimentos referentes a estes pleitos. Reforçou que precisam de uma ação dos órgãos para que isso se inicie de fato. Hugo Tofoli com relação ao gráfico da cláusula 143 não entendeu os 100%. Ana Lage respondeu que a percentagem corresponde aos pleitos que foram apresentado e que foram concluídos. Hugo Tofoli falou que foram 12 meses, mas a resposta à CT-EI chegou em outubro ou novembro/2020. Ana Lage explanou que a deliberação foi emitida em agosto, a Fundação Renova tinha 30 dias para resposta e que foi encaminhada no tempo certo. Hugo Tofoli recordou que o tema é tratado desde janeiro/2020 e que virou deliberação devido o adiamento do jurídico da Fundação Renova em responder. Observou que chegou a mesma informação que estaria prevista no manual, não constava o que foi discutido na CT-EI e aprovado pelo CIF, com relação aos órgãos que não são comprometentes, as horas técnicas e series de outros fatores que no momento inicial do desastre não se poderiam prever. Destacou que haverá necessidade de discutir questões de outros pontos. Margareth Saraiva sinalizou que haveria necessidade de dois encaminhamentos, sendo o primeiro, uma situação que precisa ser retomada junto com o CIF pra além da CT-EI, o fato da Fundação Renova não concordar com determinados itens da última deliberação, em especial hora /homem e ressarcimento de todos os orgaos de governo envolvidos com o sistema CIF; a segunda seria os órgãos que são considerados pela Fundação Renovo como

compromitentes mobilizassem os documentos e encaminhasse à Fundação enquanto se tenta buscar novos entendimentos em relação aos dissensos. Destacou que devido a mudanças no administrativo do IEMA/ES estão tendo dificuldade de fazer o levantamento dos documentos. Sugeriu que o tema seja retomado nas reuniões ordinárias da CT-EI e que fosse analisada a possibilidade de ser criado um grupo para acompanhar esse tema. Ana Lage relatou que foi colocado o que estava posto, a Fundação Renova considera os compromitentes do TTAC, não tem como inferir nessa alteração. Com relação ao que está posto falou que há um conjunto de diretrizes básicas aprovadas pelo sistema CIF por meio da deliberação 157/2018 que seriam utilizadas como parâmetro para emitir qualquer resposta. Observou que não citou o tempo de 12 meses como cobrança, mas para demonstrar que estão preparados para iniciar os processos de ressarcimento. Pontuou que a Fundação Renova não emitiu uma resposta em decorrência de não a ter pronta e validada pelo jurídico. Comunicou que não receberam dos órgãos envolvidos nesse pleito nenhuma documentação. Hugo Tofoli registrou que a FR levou 06 meses para construir uma resposta e nessa resposta não contemplou a última deliberação do CIF para ajustar as diretrizes de ressarcimento. Margareth Saraiva entendeu que a CT-EI precisa puxar a discussão e dar as devidas tratativas junto aos sistemas CIF. Pediu que fosse feita uma reflexão com relação à forma concebida no TTAC e o o desenho de gestão do sistema CIF, ao se formar as CTs, os governos tiveram que acionar e agregar outras competências para além dos órgãos que assinam, junto com os governos, por exemplo a CTEI não estaria funcionando, já que nenhum dos órgãos signatários tem assento e sim outras representações governamentais, é portanto imprescindível que a FR entenda como de fato ocorre o funcionamento do sistema CIF. Destacou que pelo ES assinam textualmente o IEMA, IDAF e AGERH, e por MG assinam IGAM, IEF e a SEAMD. Sinalizou que não há nenhum membros desses órgãos na CT-EI, CT-ECLET e CT-SAÚDE. Observou que não se deve negar a realidade, pois a execução do TTAC implicou que os governos mobilizassem muito mais do que os órgãos inicialmente envolvidos para enfrentar a um desastre ambiental. Destacou que o processo de reparação envolve vários outros setores. Sugeriu que seja criado um grupo específico dentro da CT-EI, tirando umas 03 a 05 pessoas, para iniciar uma discussão e junto à SECEX e IAJ tentar uma pacificação. Pediu que a reflexão seja retomada numa próxima reunião interna da CT-EI. Hugo Tofoli disse que os dois comitês estaduais, ES e MG, poderiam estar à frente desse grupo. Ana Lage perguntou se o motivo dos órgãos não apresentarem individualmente o pleito com os documentos comprobatórios foi devido a hora/homem, haja visto alguns órgãos não apresentaram esse tipo de despesa. Margareth Saraiva esclareceu que sim, tem um órgão que há possibilidade de apresentar, mas devido o responsável estar em home office não está sendo possível levantar a documentação. Ana Lage destacou que o ES possui o maior volume de pleito para a questão hora/homem. Margareth Saraiva destacou que o IEMA se enquadraria dentro da situação, porque possui edital, contratação e processo seletivo específico. Ana Lage disse que entendeu que isso são custos do sistema CIF. Pontuou que baseado em discussões,

	<p>jurisprudência e manifestação da AGU as pessoas cedidas para essas atividades já são pagas pelos governos e que entraria como factível o pagamento de horas extras. Margareth Saraiva informou que não existe hora extra no serviço público. Houve discussão. Hugo Tofoli, esclareceu que não se trata de ressarcir ao servidor e sim ao governo, pois o tecnico que esta dedicando parte do seu tempo para reparação do desatre, poderia estar em outras frentes de trabalho, caso o desatre não tivesse acontecido, ponderou que o debate serviu para retomar o tema, haja visto que será realizado a revisão do programa 42. Margareth informou que foi proposto que o PG 42 fosse para o GAT, o presidente do CIF refutou e retornou à CT-EI. Reforçou a solicitação de ser feito a análise da formação de um grupo específico. Paulo Lacerda sugeriu que a discussão seja realizada na definição do programa ou no procedimento sugerido de prazo para órgãos apresentarem seus pleito. Falou com relação a cláusula 143.</p>
<p>Encaminhamento 53.7</p>	<p>O secretariado deverá alterar a palavra “Follow up” para “Acompanhamento dos Programas”.</p>
<p>Encaminhamento 53.8</p>	<p>A coordenação retomará a discussão sobre ressarcimento na reunião fechada da CTEI e buscará orientações junto a SECEX e GAT.</p>
<p>b. Follow up do PG-19</p>	<p>Andréa Furtado apresentou o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas. Registro que foi apresentado um vídeo no final da apresentação.</p> <p>Hugo Tofoli pediu que fosse elaborado um ofício solicitando a FLACSO que reveja a plataforma de transmissão da reunião, pois a Teams está dando muitos problemas.</p> <p>O secretariado repassou que a FLACSO disponibilizava duas plataformas de transmissão, TEAMS e MEET. Informou que alguns membros teriam dificuldades ao utilizar a plataforma do MEET.</p> <p><u>Registro que, via chat, a Mirian Santos, representante da FLACSO, esclareceu que: “Quem definiria qual plataforma utilizar pelo Sistema CIF é a Secex/CIF, a partir dessa definição, a Flacso contrataria os serviços. Enquanto isso não ocorresse, para não prejudicar os trabalhos das CTs e GTs, a Flacso disponibilizaria as plataformas utilizadas por ela, ou seja, meets e teams.”</u></p> <p>Hugo Tofoli sugeriu que fosse colocado no chat o link da apresentação.</p> <p><u>Registro que o link do vídeo foi disponibilizado no chat da reunião: https://www.youtube.com/watch?v=PVh8aAj3N4w&t=8s.</u></p> <p>Mauricio Kuwarick solicitou que fosse disponibilizado o site dos produtos.</p> <p><u>Registro que o link do site do projeto Minha casa em mim onde constam os produtos foi disponibilizado no chat da reunião: www.minhacasaemmim.com.br</u></p>

c. Follow up do PG-20

Jucilene Martins e Arthur Teixeira apresentaram o tema proposto. A apresentação consta em memória de áudio e vídeo e está disponível para eventuais consultas.

Margareth Saraiva perguntou em qual território a ação estaria sendo desenvolvida. A representante da Fundação Renova esclareceu que a plataforma Recoloca atenderia todo território de atuação da Fundação Renova. Margareth Saraiva perguntou, via chat, qual o valor da contratação do IEL e se poderiam disponibilizar o escopo e metas que foram contratadas. Ana Lage respondeu, via chat, que poderiam disponibilizar como encaminhamento ou pelo chat. Paulo Lacerda sugeriu, também via chat, que a solicitação seguisse como um encaminhamento para bem da transparência. Lineu Ribeiro acerca do projeto Recoloca questionou qual seria a avaliação do número baixo dos atingidos e não atingidos recolocados no mercado e os motivos que levaram as desistências, reprovações e evasões nos cursos de qualificação. Roberto Ferreira esclareceu com relação ao projeto Recoloca que as pessoas preferiam entregar o currículo em mãos ao invés de cadastrar na plataforma. Sinalizou que a pandemia seria outro motivo que prejudicava muito a inclusão dos currículos dentro da plataforma, pois muitas pessoas tinham dificuldades nos processos eletrônicos e acesso à internet. De acordo com as pesquisas de amostragem respondeu que o número alto de reprovados e evadidos estaria diretamente ligado a situação da pandemia, um número de pessoas ao realizar o curso percebiam que não era aquilo que esperavam, outras tinham dificuldade de acompanhamento no formato online ou problemas com acesso via internet. Ressaltou que a eventual dificuldade de acompanhamento dos cursos em função do grau de instrução das pessoas não vem sendo mostrando nas pesquisas. Sinalizou que o formato híbrido está sendo mais atrativo e que focaria nesse formato de trabalho para tentar diminuir a evasão e a taxa de reprovação. Luciana Oliveira interpelou quando ocorreu a pesquisa citada na página 05 e em que área os atingidos foram ouvidos. Colocou acerca da plataforma Recoloca que existe pouca aderência. Perguntou se poderia ser revisto a proposta do projeto. Sugeriu que os cursos fossem realizados de forma presencial com a redução do número de pessoas para 10, 15 e 20 pessoas por sala de aula. O representante da Fundação Renova explicou que vem sendo trabalhado a mobilização dos atingidos. Disse que se colocou à disposição para conhecer o banco de currículo da Foz e ver o que poderia ser trabalhado em conjunto, mas não obteve retorno da comissão. Pediu ajuda a comissão da Foz para retomar o tema. Explanou que faz parte da estratégia do Recoloca a aplicação desses conteúdos de forma presencial e quanto antes tiverem autorização de ida a campo seriam formadas essas turmas. Jucilene Martins com relação a pergunta da página 05 precisaria saber em qual momento da apresentação ocorreu, pois não teria correlação com o PG20. Amarildo Pereira sobre a questão do programa de desenvolvimento dos fornecedores do 3º ciclo falou que a associação não participou, considerando que as outras fases foram implementadas e que não foram vistos nenhum resultado, solicitaria à Fundação Renova que enviasse o projeto para entendimento. Disse que foi solicitado que a associação que fizessem divulgação e que o encontro foi via youtube, mas não foi possível

realizar nenhum comentário. Observou que se o projeto continuasse da mesma forma não surtiria efeito algum para os empresários de Mariana/MG. Luciana Oliveira perguntou se teria algum número com relação aos grupos da Foz em termo da contratação da mão de obra e fornecedores locais. Pontuou que são inexistentes os grupos que estão como fornecedores locais prestando serviço para a Fundação Renova ou para suas empresas terceirizadas. Jucilene Martins informou que o número poderia ser apresentado na próxima reunião da CT-EI. Indicou como encaminhamento que fossem apresentados os dados das contratações locais na Foz. Paulo Lacerda, com relação a plataforma Recoloca na região Foz, propôs a criação de um ponto focal em Povoação e Regência para captação de currículos e capacitações de forma presencial. Explanou que a ACIAM foi convidada para participar do lançamento do ciclo 3 do PDF, o evento ocorreu por transmissão via youtube e foi aberto para participações e perguntas. Pontuou que realizaram uma reunião com a ACIAM na qual foi discutido o conteúdo e que foi dada a oportunidade para análise e contribuição dos conteúdos que seriam apresentados. Destacou que a ACIAM não participou do evento e que não receberam nenhuma contribuição. Amarildo Pereira esclareceu que no formato proposto não haveria a participação e colaboração da ACIAM. Hugo Tofoli questionou se haveria a possibilidade de alterar o formato da reunião e abrir um link para que alguns empresários pudessem participar online. Paulo Lacerda respondeu que pela plataforma utilizada não seria possível. Colocou que está à disposição para receber as perguntas e questionamentos sobre o curso. Afirmou que o link do evento pode ser encaminhado à ACIAM para observações. Informou que essas pontuações poderiam ser colocadas na reunião periódica que a área de economia e inovação da Fundação Renova tem agendada com a ACIAM. O representante da ACIAM destacou que o problema não é apenas a questão do formato da reunião, pois haveria um problema mais sério que é o fato da Fundação Renova não atender o que está previsto no TTAC e TACGov. Observou que o formato da reunião prejudica, pois faria a validação e divulgação para os empresários de um processo que discordam. Informou que pediu para discutir o processo com antecedência, mas recebeu apenas os tópicos que seriam apresentados na reunião. Destacou que a Fundação Renova apresentaria na CT-EI o evento como uma etapa cumprida do PG-20, citaria o nome da ACIAM como participante, sempre com as mesmas empresas e com nenhum resultado. Mencionou que ocorreram outros casos em Mariana e que no formato proposto não iriam validar e nem participar. Paulo Lacerda observou que a Fundação Renova estaria à disposição para realizar as melhorias do programa e que o nome da ACIAM não seria utilizado sem a devida autorização. Caso entendesse que o programa prejudicaria os empresários de Mariana que fizesse uma denúncia formal na CT-EI, na corregedoria, no MP e/ou em todas as outras instâncias. Houve discussões. Luciana Oliveira disse que na Foz teria poucos comerciantes locais participando, foi aberto um edital que não contrataria oficinairos locais e que deveria existir uma conversa entre os programas. Paulo Lacerda pontuou que (i) há várias coisas para serem melhoradas na Fundação Renova; (ii) conta com a participação das associações para darem esses retornos e

	<p>feedbacks; (iii) existem uma série de planos que preveem essa integração; (iv) está sendo estruturado uma agenda muito importante de retomada econômica com a pesca, a área de sustentabilidade da terra, fornecedores locais, mas primeiro estão querendo estruturar o poder de compra dos terceiros da fundação. Ana Lage corroborou que o PDF tem um objetivo específico de dar oportunidade de capacitação e de formar potenciais fornecedores locais. Falou que mesmo sabendo que não exatamente estão falhando podem ser implementadas melhorias. Disse que o impedimento tem sido visto e apresentados nas reuniões. Destacou com relação a fala “porquê não contratar local” que o TTAC traz essa situação na alínea b da cláusula 135 quando diz que a contratação local não implica ser a qualquer custo desde que tenham preços compatíveis com o mercado. Observou que esse é um dos impeditivos que na maioria das vezes se coloca à frente dos fornecedores locais e que impedem de fechar um contrato com a Fundação Renova. O PDF trabalha a competitividade das empresas como um todo e não garante que ela seja um fornecedor, pois implica na política de preço da empresa. Propôs trazer na próxima reunião da CT-EI, no acompanhamento do PG-20, os resultados dos ciclos anteriores do PDF. Amarildo Pereira comentou que somente poderiam realizar discussões de preço se as empresas locais fossem consultadas e convidadas para participarem do processo de seleção. Falou que infelizmente isso não ocorre. Ana Lage pontuou que não conduziu nenhum desses processos, mas tem confiança e convicção que a frente das contratação executados pela Fundação Renova teriam profissionais comprometidos e responsáveis com os processos. Houve discussão. Hugo Tofoli pediu que a Fundação Renova fizesse uma conversa com a ACIAM. Sugeriu ao representante da ACIAM que realizasse uma reunião interna com toda a diretoria para resolver a situação. Disse que havendo a necessidade que solicitassem pauto de pauta, com a presença da diretoria da ACIAM, para que fosse apresentada e discutida a situação. Luciana Oliveira lembrou que na reunião anterior teve uma fala a respeito do grupo produtiva, há necessidade de ter uma sensibilidade com esse grupo, pois nunca o valor irá bater devido. Lineu Ribeiro com relação a entrega do currículo falou que não há um local físico em Barra Longa para diálogo com a Fundação Renova. Destacou que o local antes utilizado era bastante relevante e importante para que os atingidos tivessem esse diálogo. Hugo Tofoli pediu que não fossem perdidos os prazos e que as apresentações e os debates fossem mais sucintos. Convidou os membros para participarem da reunião de revisão dos programas que aconteceria no dia 14/05/2021, às 14h.</p>
<p>Encaminhamento 53.9</p>	<p>A Fundação Renova deverá na 54ª RO da CT-EI apresentar no Acompanhamento do PG-20 os dados das contratações na Foz.</p>
<p>d. Follow up do PG-15</p>	<p><u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u></p>
<p>e. Follow up do PG-16</p>	<p><u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u></p>
<p>f. Follow up do PG-17</p>	<p><u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u></p>
<p>g. Follow up do PG-18</p>	<p><u>Registro que este ponto de pauta foi suprimido da reunião.</u></p>

Finalmente, o coordenador da CT-EI, sr. Hugo Santos Tofoli, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **53ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às dezesseis horas do dia sete de abril de dois mil e vinte e um.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 09/06/2021, na 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.

HUGO SANTOS
TOFOLI:03094
672760

Assinado de forma
digital por HUGO
SANTOS
TOFOLI:03094672760
Dados: 2021.07.09
10:47:19 -03'00'

HUGO SANTOS TOFOLI
Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação